



Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela¹

A contemporary glossary: the language that deserves to fight for it

Vanise Medeiros*

Resumo

Este artigo tem como foco um glossário que se apresenta nas notas de pé de página do livro *Favela toma conta*, de Alexandre Buzzo. Com a análise, cinco são os eixos, depreendidos a partir da relação entre a palavra marcada no corpo do texto e as definições e/ou explicações em nota de pé de página, que apontam para um movimento de luta na língua do outro e por uma língua outra que se quer dicionarizar.

Palavras chave: glossário, língua, periferia, sujeito, análise de discurso.

Abstract

The focus of this article is a glossary which is found in the footnotes of the book 'Favela Toma Conta', by Alexandre Buzzo. With this analysis, five are axes of discussion, inferred from the relationship between the marked word in the body of the text and the definitions and/or explanations in the footnote, which point to a conflict in the language of the other and for another language that wants to be captured in a dictionary.

Keywords: glossary, language, periphery, subject, analysis of discourse.

¹ Alusão ao enunciado “a metáfora merece que se lute por ela” (Kundera, apud Gadet e Pêcheux, 2004, p.33). Devo também este deslizamento àquele feito por Eni Orlandi, em seu livro *Língua Brasileira e Outras histórias*, 2009, pag. 193, qual seja “o nome da língua (ele diz metáfora) merece que se lute por ela.” Este artigo faz parte do projeto CNPq/CAPES 07/2011

* Professora da Universidade Federal Fluminense e integra, como pesquisadora, o Laboratório Arquivos do Sujeito – UFF, email: vanisegm@yahoo.com.br. Endereço: Rua Aarão Reis, 146, apt. 201, Santa Teresa CEP: 20240090 Rio de Janeiro – RJ.

*Não acredita que as línguas se beneficiam de explosões de criatividade?
Explosões de criatividade?
Sim, momentos de intensa exaltação criadora dos seus falantes.
Absurdo. E por que se daria essa exaltação criadora? Como explicar, além
disso,
a coerência dos neologismos?
Não sei.
(AGUALUSA, 2010, p. 142)*

*Como se chama ao lugar onde dormem as palavras por estrear?
Um “Verbário”?
É para lá que eu vou.
(AGUALUSA, 2010, p. 231)*

I. O gesto que marca

“Para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força”, avisa Orlandi (2004, p. 11). Se somos cada vez mais urbanos², urge refletir sobre esta urbanidade. É o nosso caso, em que miramos a língua no espaço urbano, e em que, neste artigo, nos debruçamos sobre práticas linguísticas contemporâneas, uma delas parece ser o glossário em livros de literatura. Por que glossários em pleno século XXI? – é a inquietação que move este trabalho.

Neste artigo o foco recai sobre um livro – *Favela toma conta*, de Alexandre Buzzo –, no qual tal prática se faz presente³. Neste livro, há notas de pé de página que funcionam como glossário. São quarenta e seis itens lexicais indicados no corpo do texto e remetidos para o pé de página a guisa de explicação: palavras marcadas como de um discurso outro; palavras traduzidas para um discurso outro e do outro. É sobre este gesto e sobre estas marcas que buscamos refletir. Trata-se, cabe informar, de um trabalho que se insere na História das Ideias Linguísticas (Auroux) em consonância com o aparato teórico da análise de discurso (Pêcheux, Orlandi).

² De acordo com Davis (2006), a população urbana em breve seria mais numerosa que a rural. Isto já aconteceu. Foi noticiado em jornais televisivos em janeiro de 2012 que a população mundial urbana havia ultrapassado a rural. Cabe acrescentar ainda que a “população rural não precisa mais migrar para a cidade; a cidade migra até eles” (Davis, 2006, p.18), isto é, que a urbanidade se faz significar também na área rural.

³ Não é, no entanto, o único; por exemplo, também lançado em 2008 e também contando com um glossário, temos, por exemplo, *Saga Lusa*, de Adriana Calcanhoto.

II. Dicionário e povo

Não podemos falar de dicionários no Brasil sem referir e retomar Nunes em suas já numerosas publicações⁴. É seguindo então suas pegadas que começo. Em um artigo, Nunes (2006a) ao tratar da noção de dicionário popular, promove uma diferença entre *dicionário sobre o povo*, *para o povo* e *do povo* e remete tais tipos de dicionários a três momentos de *dicionarização*⁵ brasileira. Em linhas gerais, o primeiro tipo, dicionário *sobre o povo*, aparece no final do século XIX: “são dicionários de complemento aos dicionários portugueses: dicionários de regionalismos e brasileiros” (NUNES, 2006a: p.1029). Trata-se de um momento de constituição da língua nacional e essas obras têm por objeto o povo brasileiro. Consoante Nunes, nesses dicionários, cujos autores, especialistas letrados num mundo notadamente rural, discutem acerca da língua nacional, marca-se a diferença entre português brasileiro e português de Portugal. A língua que neles se constrói tem história – filia-se às línguas indígenas – e as definições funcionam estabelecendo uma suposta relação entre as palavras e as coisas. Podemos, com Nunes, dizer que eles mapeiam e nomeiam este outro mundo dando contornos à história da língua nacional. A estes dicionários *sobre o povo*, que adentram o século XX, seguem-se os dicionários *para o povo*.

Os dicionários *para o povo* aparecem nos anos 30-40 do século XX (Nunes, 2006a). Destinados a um grande público “composto de uma classe média urbana, formada pela ascensão da classe trabalhadora e pela ampliação das instituições públicas” (*idem*: p. 1030), são fundamentais à língua nacional. Diferentemente do dicionário sobre o povo, os dicionários para o povo não promovem mais comparações com a língua portuguesa (já está funcionando a evidência do nacional). Se os *dicionários sobre o povo* marcam uma divisão entre Portugal e Brasil, os *dicionários para o povo* inscrevem a diferença interna, de ordem social, que se verifica, por exemplo, pela “retomada dos brasileirismos (marcados nos artigos) [que] reinscreve o discurso popular no dicionário, o que se acentua com a inclusão de gírias e de locuções de uso comum” (*ibidem*). Ainda outras observações de Nunes sobre estes dicionários interessam aqui: neles, não comparecem provérbios, frases feitas e textos literários; não

⁴ Sobretudo o livro *Dicionários no Brasil: análise e história* (2006), estudo seminal sobre dicionário na área da *História das ideias Linguísticas*.

⁵ Nunes compreende dicionarização “como o processo de descrição da língua através do dicionário”. (2006a).

há o recurso da etimologia, não há marcas de um passado; não lançam mão tampouco do discurso científico na definição do verbete. Por outro lado, abundam as sinônimas e variações ortográficas. Em suma, para o povo vai significar a “linguagem do povo” em oposição a um discurso culto. Com isso podemos dizer que o lugar posto como sendo do povo é aquele fora do discurso culto.

Já os dicionários *do povo* surgem depois dos anos 70 e diferenciam-se dos grandes dicionários já postos em circulação. Estes, conforme Nunes, são “dicionários parciais que propõem descrever a língua dos sujeitos rurais ou regionais, uma linguagem ‘rústica’ e ‘original’, diferenciada da língua erudita” (Nunes, 2006a, p. 1031, aspas do autor).

Tentando compreender melhor os três tipos de dicionários, podemos dizer que se o *dicionário sobre o povo* promove um corte com Portugal trabalhando o nacional, com o *dicionário para o povo* tem-se a popularização da língua nacional. Já o *dicionário do povo*, que se inscreve num momento em que o nacional já é não-dito por ser evidente, trabalha em seus verbetes a imagem daquele que seria *do povo*. E este sujeito *do povo* que ali se encontra é, consoante Nunes (*ib.*), o “sujeito rústico”, “homem do campo”, “homem rude”, “sertanejo”.

Estas três divisões do dicionário popular propostas por Nunes – *sobre o povo*, *para o povo* e *do povo* – ajudam a refletir sobre o funcionamento do glossário do livro de Buzzo. De imediato, cabe observar que este livro encontra-se em outro momento: não mais da legitimação de uma língua nacional, como era o caso dos dicionários sobre o povo, e não mais da oposição urbano/rural, caso dos dicionários do povo. Há uma diferença de ordem social, mas que não funciona como aquela que Nunes explicita como sendo do dicionário para o povo. Nos dicionários para o povo há simetria entre lugar e posição, o que não ocorre no glossário de Buzzo.

Grigolletto (2008), em sua reflexão sobre lugar e posição, irá desdobrar a noção de lugar em lugar social e lugar discursivo, e irá mostrar que lugar social não se confunde com lugar discursivo. O lugar social remete para o interior de uma formação social, considerando as projeções das formações imaginárias. Já lugar discursivo constitui a passagem para o espaço discursivo desses lugares sociais, ou ainda, a materialização na prática discursiva. Não se trata, contudo, de movimentos autônomos e estanques:

(...) tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quando o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se

constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso. (Grigoletto, 2008, p. 56)

Grigoletto explica, por exemplo, que o sujeito jornalista, a partir desse lugar social, pode ocupar o lugar discursivo de jornalista científico – comprometido com a verdade da ciência – ou de jornalístico político – comprometido com o discurso econômico (*idem*). O que importa destacar é que são categorias teórico-analíticas que permitem perceber disjunções entre lugar social e discursivo. O lugar discursivo, segundo Grigoletto, é constitutivamente heterogêneo, ou seja, pode abrigar diferentes posições discursivas. Por exemplo, o sujeito jornalista no lugar discursivo de editor ou de jornalista científico pode ocupar entre outras posições a posição-sujeito cientista (*idem*, p. 57). Tais distinções, que foram importantes para analisar o discurso de divulgação científica, ajudam na análise do glossário de Buzzo. Precisamos, então, falar de sujeito lexicógrafo.

Nunes, ao tratar dos dicionários, salienta que o lexicógrafo, para o analista de discurso, é uma posição constituída historicamente e não um sujeito empírico (2006, p. 21): posição que o permite e o faz dizer que “uma palavra X significa Y” (*idem*, p. 22). Em Nunes (2006) não está em jogo a distinção lugar e posição, mas a constituição e o funcionamento dessa posição lexicógrafo.

Posto isto, neste trabalho, lançamos mão da diferenciação proposta por Grigoletto entre lugar discursivo e posição discursiva para pensar a prática discursiva no livro *Favela toma conta*. Diremos que temos um lugar discursivo de escritor que assume duas posições-sujeito: a posição-sujeito escritor e a posição-sujeito lexicógrafo. É na posição-sujeito escritor que inscreve o fazer biográfico e o de um projeto de hip hop (trata-se da trajetória de Buzzo que resulta no projeto de hip hop chamado “Favela toma conta”, título do livro). É na posição-sujeito lexicógrafo que engendra o glossário. São, então, duas posições-sujeito distintas. É nesta dissimetria, entre lugar discursivo do escritor e posição-sujeito lexicógrafo, que funciona seu glossário, diferentemente dos dicionários sobre o povo, para o povo e do povo.

Estamos, pois, diante do lugar-discursivo escritor dizendo da língua na posição-sujeito lexicógrafo, tal como acontecia com a produção literária brasileira do século XIX, em que José de Alencar, produzia glossários a partir de seus romances (cf.

NUNES, 2006a). Ambos engendram glossário a partir do lugar discursivo de escritor, embora haja entre eles diferenças significativas. As produções de Alencar e Buzzo têm condições de produção distintas. Alencar situa-se no século XIX e inscreve-se em uma prática literária brasileira de uma posição do literato erudito. Seu glossário, escrito em função de críticas que recebe, marca o nacional em oposição a Portugal; atua, portanto, na legitimação do português do Brasil (NUNES, 2006a). Em *Favela toma conta* fala-se do lugar social e discursivo da periferia e não do lugar do discurso culto. É, pois, outra a relação com a língua; outras são tensões que aí se instauram. Dessas observações resultaram algumas perguntas: como o sujeito se inscreve e é inscrito no glossário? O que está em jogo no glossário de Buzzo? Por que e para quem o glossário? O que se marca como verbete? O que está em jogo naquilo que se significa do verbete? Antes de nos atermos a elas, cumpre refletir sobre a prática do glossário.

III. Nos glossários a inscrição da alteridade

Os glossários têm história e ela é antiga. Com Auroux (2006, p. 22), sabemos que os glossários são herdeiros de uma das primeiras formas escritas de saber sobre a linguagem: as listas de palavras. Essas listas, que compareciam entre egípcios, gregos, babilônios e chineses, remontando há três milênios (AUROUX, 2006, p. 22), tinham provavelmente função mnemônica e passaram a servir muito cedo como instrumentos pedagógicos:

Esses tipos de listas constituem sem dúvida os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. Elas podem existir antes da escrita e, se não têm originariamente uma vocação linguística, adquirem-na facilmente. (NUNES, 2006, p. 47)

As listas de palavras nascem da alteridade. De acordo com Auroux, “o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*” (1992, p. 22, *itálico do autor*). No caso, Auroux está considerando a escrita e aponta as listas de palavras ou de caracteres (caso dos chineses) como uma das primeiras práticas a configurar saberes linguísticos. Ele explica ainda que a alteridade pode advir de várias fontes; por exemplo, de textos canônicos da antiguidade, de palavras ou textos estrangeiros ou ainda da mudança de um estatuto do texto escrito, como deixar de ser suporte mnemônico para ser leitura (AUROUX, 1992, p. 23). Disto resulta o aparecimento primevo da filologia entrelaçada à lexicografia, afinal as listas serviriam à decodificação de textos antigos bem como deles adviriam.

As listas de palavras deram origem aos glossários que, por sua vez, resultaram em dicionários. Seguindo as pegadas de Auroux e de Nunes, ficamos sabendo que os glossários se multiplicaram substancialmente na Idade Média e que se desenvolveram a partir do século VI com a “prática da decodificação e interpretação de textos gregos e latinos na escola” (NUNES, 2006, p. 47). Prestavam-se, portanto, à leitura de uma língua outra ou de textos antigos a serem decifrados.

Os glossários vinham à margem do texto ou no meio deles (*idem*). Eram, portanto, dependentes do texto, frutos do texto e serviam ao texto. Indo adiante, podemos dizer que os glossários faziam parte de algum modo do corpo do texto: sua cicatriz. Marcava-se no corpo do texto um discurso outro: alteridade inscrita na glosa. Sua função era explicar, conforme Nunes, “palavras difíceis” substituindo-as por “palavras fáceis ou do vernáculo”. A “tradução” era, pois, a marca do descompasso entre texto e leitor, a marca do descompasso entre discursos e entre línguas. Somente em momento posterior o glossário se fez autônomo.

Ao ler sobre glossários em Auroux e Nunes, é possível ainda depreender que eram escritos por outrem que não o autor do texto. Outra ordem de alteridade: daquele que seleciona o que marcar e explicar no texto outro. Os glossários marcavam no texto o heterogêneo e inscreviam neste gesto uma posição-sujeito leitor a quem se supunha “facilitar” a leitura.

Recuperando e sintetizando, os glossários nasceram presos ao texto, serviram à leitura e funcionavam como cicatrizes de uma dupla alteridade: das palavras com as palavras – em que a fórmula X é Y diz da diferença⁶ – e da posição-sujeito lexicógrafo constituída por um lugar discursivo do lexicógrafo incidindo sobre uma posição-sujeito escritor.

Esta reflexão nos leva a observar que, no livro de Buzzo, tal como os antigos glossários, as marcações estão no corpo do texto. E a perguntar: onde incidem estas cicatrizes? Que descompasso promovem? Que diferenças estão em jogo? De que alteridade nasce seu glossário?

⁶ Devo esta reflexão à palestra de Agostinho Ramalho no II Simpósio do GTDIS *Discurso arquivo, e...* (UFF, 2011), em que ele comentou que o sinal de igualdade marcava duas diferenças.

IV. Da luta na língua

Nem todo glossário se faz em pé de página, nem toda nota de pé de página resulta em glossário. As notas de pé de página podem, entre outras funções, indicar fonte bibliográfica, abarcar citações, explicações, comentários, traduções ou fragmentos do texto original. Funcionar como glossário é uma de suas manifestações. Com Orlandi (1990), sabemos que as notas de página denunciam a não-linearidade do sentido e constituem sintomas de incompletude do texto. Podemos dizer então que elas operam sobre a discursividade do texto. No caso do glossário em nota de pé de página, diremos que incidem sobre a discursividade da língua: são os sentidos das palavras que se visa a conter, controlar, mas também, como julgamos ser o caso de Buzzo, são palavras, sentidos e ortografia que se pretende legitimar no gesto de produzir um glossário; afinal o glossário funciona como um instrumento linguístico, isto é, confere estatuto e lugar a uma língua.

Não há no rodapé do livro de Buzzo registro que não esteja funcionando a não ser como glossário. Lá se encontra materializada a posição-discursiva do lexicógrafo ao pospor ao verbete destacado sinonímias e definições⁷; estas muitas vezes introduzidas por “mesmo que...”, “termo usado...”, “é usado normalmente...”, “indica...”. Observem-se os exemplos abaixo:

- (1) (Banca)⁸: Pessoal, galera.
- (2) (Loka): O mesmo que louca.
- (3) (Nóias): Termo usado nas ruas para usuário de drogas.
- (4) (Osso): Indica dificuldade, podendo se aplicar a alguém que está sem dinheiro também.

A maioria das palavras ou expressões marcadas no livro consta do *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*⁹. Se elas são lá encontradas, por que então constituir um glossário? Uma resposta reside no sentido: trata-se de sentidos não

⁷ Ou explicações. A fronteira aqui entre definição e explicação é tênue. Diremos que a definição neste glossário, assim como em muitos dicionários, passa algumas vezes pela explicação.

⁸ Entre parênteses se encontram as palavras marcadas no corpo do texto. Na nota de rodapé acham-se somente as definições, o que aqui indicamos após os dois pontos.

⁹ Estamos considerando o *Dicionário Houaiss*, por ser um dicionário de referência da língua, por ser atual (versão 2009) e por ser aquele que contém mais verbetes (cf. Ilari, p. 2006).

dicionarizados¹⁰, de sentidos outros. Por exemplo, palavras como “colava”, “trampar”, “orelhada”, “paga”, “exibir-se” estão presentes no Houaiss, não com os sentidos lá indicados, mas significando:

- (5) (colava): Chegava
- (6) (trampar): Trabalhar
- (7) (orelhada)¹¹: Conversar
- (8) (paga): Exibir-se, mostrar-se.
- (9) (brisa): Brisa é igual a estar chegando, depois de fumar um baseado.

Se o sentido apresentado não é aquele conferido pelo dicionário, isto não impede, contudo, que não seja depreendido do texto. São muitas as biografias, os romances, entre outros gêneros, que contêm palavras desconhecidas a um ou outro leitor. Nem por isso apresentam glossário. Insistimos: *por que constituir um glossário?* Esta foi a pergunta que moveu este trabalho desde o início e dela decorreu refletir sobre onde incidia o corte. Uma vez observado que se dava somente sobre o léxico e não sobre a sintaxe, debruçamos sobre o que dele se dizia. Isto nos permitiu observar cinco eixos: (i) palavras cujos sentidos não se encontram dicionarizados; (ii) palavras que não comparecem nos dicionários; (iii) novas formações na língua; (iv) jogos de palavras formadas por alusão a outras palavras e (v) palavras cuja grafia é diferente daquela dicionarizada.

O primeiro eixo – palavras cujos sentidos não comparecem nos dicionários – é majoritário. E esses são expostos em sua grande maioria pela sinonímia (casos de 1, 5, 6, 7, 8) ou pela definição (casos de 2, 3, 4, 8 e 9), procedimento menos recorrente. Trata-se, como se pode notar, de uma disputa pelos sentidos, seja pospondo outras palavras no movimento da sinonímia, seja redefinindo palavras já correntes na língua. Isto nos leva a propor que está em jogo no glossário de Buzzo a não-coincidência das palavras consigo mesmas (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.25): não-coincidência em que o problema do sentido outro, do excesso ou do equívoco comparece. Uma das figuras deste tipo de não-coincidência, conforme Authier-Revuz, é “não no sentido X, Y”, isto é, uma não-coincidência que marca o não-um do dizer e que denuncia, ao lado do

¹⁰ Foi feita uma busca para cada item lexical no Dicionário de Houaiss.

¹¹ A marcação é sempre sobre um item lexical, mas o contexto permite observar que por vezes se trata de uma expressão. Foi o caso de orelhada: “dei a maior orelhada neles” (Buzzo, 2008, p. 90)

tateamento, o desejo de controle dos sentidos. No caso, o desejo de dicionarização dos sentidos: como parte da língua que nos instrumentos linguísticos não comparece.

O segundo eixo é o das palavras não dicionarizadas, por exemplo:

(10) (role): Passeio, volta

(11) (zueira): Bagunça

São palavras correntes no cotidiano que, no entanto, não constam do Dicionário de Houaiss. Se por um lado sabemos que os dicionários não acompanham a atualidade da língua em função do tempo que levam para serem feitos, por outro lado, não podemos deixar de observar que aí se verifica, como mostra Nunes (2009), o descompasso entre a língua fluida e a língua imaginária¹²:

Enquanto construção imaginária da língua, o dicionário busca fixar seus sentidos e apresentá-los como estabilizados, como representativos da língua e dos falantes. Mas, ao fazer isto, sempre há um resto não contemplado, uma alteridade que lhe escapa (...) (NUNES, 2009, p. 99)

Se é constitutivo do dicionário um resto, vale observar que este resto, alteridade não contemplada, é também, seguindo Nunes, fruto de uma divisão, de uma posição discursiva. No caso do livro de Buzzo, o que resta é da posição da periferia. São palavras e sentidos deste lugar que não comparecem nos instrumentos linguísticos legitimados como da língua do Brasil. E esse resto é reivindicado no glossário.

Ainda sobre o segundo eixo – de palavras que não comparecem nos dicionários – é preciso dizer que, embora numericamente o menor em relação aos demais, indica, ainda assim, uma disputa no vocabulário: outras palavras para sentidos já existentes. Novamente o desacordo entre palavras e sentidos como marca do glossário, ainda que em movimento contrário: para aqueles sentidos não aquelas palavras que se encontram no dicionário, mas outras palavras.

Os dois outros eixos – novas formações na língua e jogos de palavras formadas por alusão a outras palavras – fazem parte de um processo de construção na língua. Observem-se os seguintes exemplos:

(12) (responça): Muito boa.

(13) (nóias): Termo usado nas ruas para usuário de drogas.

(14) (B.O): Vem de “Boletim de Ocorrência”, significa um problema.

¹² “A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas.” (Orlandi, 1994: 30)

- (15) (Bibi dos Boy): Em alusão ao bairro classe A da elite paulista, o Itaim Bibi.

Em (12), (13) e (14) temos o processo de formação de palavras por um caso de abreviação da palavra: a redução. No exemplo (12) e (13) pela supressão de uma parte fonética final ou inicial da palavra (responsabilidade: responsa; paranóias: nóias); no outro caso (14) pela abreviação em sigla (Boletim de Ocorrência: B.O). No exemplo (15), a criação se dá pelo jogo sonoro na formulação da expressão “Bibi dos Boy”: a aliteração da consoante “b” com o corte do nome do bairro, de Itaim Bibi para Bibi, e acréscimo de palavra, “dos Boy” (sem a marca do plural na palavra inglesa), resulta em uma ironia sutil ao bairro de ricos. Há que se observar que estes procedimentos não ocorrem sem que haja deslocamentos de sentidos (em todos os verbetes que se incluem nestes dois eixos), além de deslocamentos como de classe gramatical (“responsa” funciona como adjetivo e não como substantivo) e de personificação (caso de “nóia” que passa a indicar o ser e não um tipo de distúrbio psíquico).

As novas formações e os jogos de palavras trabalham então a potência e autonomia da língua que está em jogo – que forma palavras como qualquer outra língua – e materializam no deslocamento uma disputa pela forma da língua e pelos sentidos. Não se trata de derivar ou de formar novas palavras tão somente, mas de dobrá-las, torcê-las e de fazê-las significar diferentemente. O glossário de Buzzo põe em cena o léxico (e também a ortografia como veremos adiante) num movimento de luta na e pela língua. Movimento que ocorre na torção dos sentidos – com os trocadilhos e jogos de palavras – e na torção da palavra – com as abreviações, siglas. A palavra não é aí o espaço do erro e do acerto como observei nas revistas da ABL nos anos 50 (MEDEIROS, 2008). É arena de luta.

Antes de passar ao quinto eixo, cabe observar que a definição de “B.O.” inscreve o discurso policial como fonte etimológica da palavra. O recurso à etimologia se faz presente em apenas dois itens lexicais – neste (14) e no seguinte:

- (16) (enquadraram): A gíria vem da revista policial, de ser enquadrado.

Em ambos, é o discurso policial apontado como origem da palavra. Não se pode deixar de lembrar a presença constante da polícia nos espaços da periferia; afinal, conforme Orlandi (2007, p. 8), “uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte

das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica”. Se no glossário de Buzzo o recurso à etimologia não é uma prática recorrente, ou seja, se não se trata, como vimos no dicionário para o povo com Nunes, de filiar a língua a uma tradição, a língua tem, no entanto, um lugar linguístico: o da informalidade da gíria. A referência a este lugar se constata no exemplo (17), que inscreve o lugar geográfico: quebrada, periferia:

(17) (quebrada): Geralmente, a gíria é usada para falar de um lugar ou bairro na periferia.

A gíria é significada em dicionários, gramáticas e teorias linguísticas como da ordem da variação social. Ela comparece como linguagem popular, informal, marcando falas que seriam tanto da juventude como da marginalidade (entendida como delinquência). É do século XX sua acolhida pela literatura (MARTINS, 2000, p. 89) e isto advém da urbanidade da escrita literária. Em suma, no glossário de Buzzo, o gesto metalinguístico de inscrição do sujeito na língua é o de estar à margem da língua: margem urbana, margem social, margem geográfica. É deste lugar que se luta e é este lugar que se marca. Da quebrada – verbete que, diferentemente de todos os demais, possui três entradas:

(18) (quebrada): Geralmente, a gíria é usada para falar de um lugar ou bairro na periferia.

(19) (quebrada): Rua em que virava.

(20) (quebrada): Neste caso, um lugar derrubado, que não seria qualquer um que iria.

Este é o único verbete cuja explicação materializa-se duas posições discursivas – da periferia e da cidade – em funcionamento antagônico. Quebrada em (17) e (18) serve à denominação de um lugar da periferia e de uma rua; inscreve aí a posição da periferia. Em (19), é a posição antagônica – da cidade – que comparece: lugar derrubado, que não seria qualquer um que iria... Quem não iria? Quem lá mora ou quem lá não mora? Ou seja, quebrada retira do não-dito uma oposição silenciada: cidade *versus* periferia. Portanto, na reformulação do sentido de quebrada em (17 e 18) está em jogo a nomeação de um lugar, a contrapelo, como vimos. Diremos que aí está em jogo a tensão entre as palavras e o real que se pretende capturar no ato de nomeação. Passemos ao

último eixo, das palavras cuja grafia é diferente daquela dicionarizada. Observem-se os exemplos a seguir:

- (2) (loka): O mesmo que louca.
- (21) (nóis): O mesmo que nós.
- (22) (véio): velho. É usado normalmente para chamar os pais.
- (23) (homi): Mesmo que homem ou homens.

Nos exemplos (2), (20), (21) e (22) temos um dizer outro que passa pela ortografia diferenciada: uma ortografia que lança mão da letra K (*loka*), que explicita a palatalização com o acréscimo de i (em *nóis*) e que expõe a redução com a subtração e substituição de outras letras (em *véio* e *homi*). Conforme Auroux (2008), os glossários antigos se destinavam a palavras pouco conhecidas e/ou difíceis. O que nos permite dizer que trabalhavam a opacidade do texto e esta opacidade era da ordem da oposição conhecidas/desconhecidas e fácil/difícil. Não é o caso do glossário de Buzzo, como viemos mostrando. Em Buzzo, o que temos é um glossário funcionando como balizas no dizer daquilo que se supõe do um na diferença com o outro. Pontos do não-um (AUTHIER-REVUZ) que passam pelos sentidos, como vimos, e pela oralidade que se quer grafada, que se pretende da ordem da escrita. Grafar “nóis” e indicar em pé de página “o mesmo que nós” retira do lugar do erro o “nóis”. O jogo que aí se inscreve é: “eu sei sua ortografia, mas tenho a minha”. Marca-se no corpo do texto uma ortografia outra e na nota de pé de página explicita a disputa. Trata-se de trazer a oralidade como marca de alteridade na língua. Como sabemos, a inscrição da oralidade na língua escrita é uma luta recorrente em diferentes momentos da história da língua brasileira; luta que retorna em Buzzo para, agora, marcar o lugar da periferia. É como se dissesse assim: sei que é “nós” ou “louca”, mas do meu lugar é “nóis” e “loka”. Se com Orlandi sabemos “há uma oralidade que nunca se legitimará e que permanece como resistência à escolaridade” (ORLANDI, 1994, p. 31), em Buzzo, esta oralidade é resistência à língua do outro, posta como homogênea e modelar.

V. A língua merece que se lute por ela: da resistência na língua

No texto “Só há causa daquilo que falha”, Pêcheux termina afirmando dois pontos incontornáveis à Análise de Discurso. Um deles, já deveras conhecido pelos

analistas de discurso, é “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classe, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (1988, p.304). Resistência, aí, se alia à revolta, opondo-se à dominação; faz parte da luta de classes. Resistência implica suportar e sustentar outro lugar que não aquele da dominação. É ainda com ele que sabemos que tal embate se faz também na língua. Se que há um real da língua, trazendo Milner, há também um real da história. Lá, o equívoco, aqui a contradição, indissociados:

(...) o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história. (GADET & PÉCHEUX, 2004, p. 64)

Os processos revolucionários, ele segue, se manifestam também na língua; ou melhor, não estão dela apartados:

Toda desordem social é acompanhada de uma espécie de “dispersão anagramática (Baudrillard), que constitui um emprego espontâneo das leis linguísticas do valor: as massas “tomam a palavra”, e uma profusão de neologismos e de transcategorizações induzem na língua uma gigantesca “mexida”, comparável, em menor proporção àquela que os poetas realizam. (GADET & PÉCHEUX, 2004, pag. 64)

Poetas e massa trabalham a língua. Julgamos que o glossário de Buzzo configura um trabalho que se ancora neste lugar em que as massas passam a fazer valer seu falar. No caso, a inscrever com a escrita do glossário – na disputa pelo sentido e pela ortografia – um lugar na língua.

Referências bibliográficas

AGUALUSA, J. E. 2010. *Milagrário pessoal*, Rio de Janeiro, Língua Geral.

AUROUX, S. 1992. *A revolução tecnológica da gramatização*, Campinas, SP: ed. da Unicamp.

_____. 2008 “Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos”. In *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos*, no. 20, Campinas: Pontes.

AUTHIER-REVUZ, J. 1998. *Palavras Incertas*. Campinas, SP: Unicamp.

AZEREDO, J. C. 2000. *Fundamentos da Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- BUZZO, A. 2008. *Favela toma conta*, Rio de Janeiro: Aeroplano.
- DAVIS, M. 2006. *Planeta favela*, São Paulo: Boitempo editorial.
- GADET, F., PÊCHEUX, M. 2004. *Língua inatingível*, Tradução B. Mariani e M.E. Chaves de Mello, Campinas: Pontes.
- GRIGOLETTO, E. “Do lugar discursivo à posição sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica”. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; e CAZARIN, E. 2008. *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*, Porto Alegre: Nova Prova.
- HOUAISS, A. 2009. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- ILARI, R. 2006. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto.
- MARTINS, N. S. 2000. *Introdução à estilística: a expressividade da língua portuguesa*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- NUNES, J. H. N. 2006. *Dicionários no Brasil: análise e história*, Campinas, SP: Pontes, São Paulo, SP: FAPESP, São José do Rio Preto, SP: PAPERP.
- _____. 2006a. “Sobre a noção de ‘Dicionário Popular’”, In *Estudos Lingüísticos XXXV*, São Carlos, UFSCAR, p. 1028-1032.
- _____. Discursividades contemporâneas e dicionário. IN: INDURSKY, F. FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. 2009. *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz.
- ORLANDI, E. “Há palavras que mudam o sentido, outras... demoram mais...” IN: ORLANDI, E. (org) 2007. *Política linguística no Brasil*, Campinas: São Paulo, Campinas: Pontes.
- _____. 2004. *Cidade dos sentidos*, São Paulo, Campinas: Pontes.
- _____. “A língua brasileira”, *Revista Trabalho Linguística Aplicada*, no. 23, Campinas, jan-jun.1994
- _____. 1990. *Terra à Vista*, São Paulo: Cortez.
- _____. 2009. *Língua Brasileira e Outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*, Campinas, RG Ed.
- GADET, F., PÊCHEUX, M. 2004. *A língua inatingível*. São Paulo, Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. 1988. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: Unicamp.

Data de Recebimento: 10/02/2011
 Data de Aprovação: 07/02/2012

Para citar essa obra:

MEDEIROS, Vanise. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. RUA [online]. 2012, no. 18. Volume 2 - ISSN 1413-2109

Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS

UNICAMP/COEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP - Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>